

Declaração de Paulo Santos, presidente da ASPP/PSP

**"Não assinamos nenhum acordo!"**

Na reunião de hoje com o secretário de Estados Adjunto e da Administração Interna o governo propôs a atribuição a partir de janeiro de 2022 de 100 euros na componente fixa do suplemento por serviço nas forças de segurança.

Para além disso foi entregue um outro documento que aborda o salário médio nas forças de segurança.

Após esta apresentação do Governo, o presidente da ASPP PSP proferiu a seguinte declaração:

- Começo por salientar que o subsídio de risco é algo que tem mais de duas décadas de luta e saliento a justiça desta reivindicação.
- A ASPP/PSP sempre esteve no processo de forma séria e responsável, sem populismo.
- De forma também séria e frontal dizemos que o governo geriu mal o processo e a decisão não vai ao encontro da expectativa e das necessidades, o risco é uma realidade e merecia uma maior valorização.
- A ASPP/PSP apresentou uma proposta inicial mesmo antes do início das negociações, sempre defendeu, apesar das mentiras, falsidades e hipocrisia que impera, a atribuição universal do suplemento, a 14 meses, de proteção social e com valorização progressiva, aliás consta nas atas, nas nossas propostas e inclusive nos mapas das comissões técnicas.
- A ASPP/PSP juntamente com a APG/GNR de forma séria, responsável, realista, fez uma contraproposta ao governo que gostaria que fosse acolhida.

Também porque sabemos o que são negociações, porque sabemos o desequilíbrio da balança e que o governo pode fechar o processo de forma prejudicial para os visados, estivemos na proposta e na luta. E sabemos que o resultado da luta não é imediata, mas sim um processo.

- Registe-se a mobilização dos polícias nos últimos dias, registe-se o impacto mediático que esta questão atingiu, registe-se a irresponsabilidade de alguns intervenientes, registe-se o peso da perspectiva orçamental e financeira que este governo invoca no poder, mas que na oposição acusa os outros governos, registe-se que os polícias determinarão a reação a esta postura do governo.

- Estando a decisão do governo longe da proposta por nós apresentada não a aceitamos nem iremos assinar,

contudo, iremos continuar por melhorar no futuro o valor do suplemento de risco, iremos querer discutir a reestruturação dos demais suplementos e iremos arregaçar as mangas sem hipocrisia e sem populismo já, para que as tabelas salariais sejam melhoradas e com impactos reais e para breve.

Disse.

Paulo Santos, presidente da ASPP/PSP